

APRESENTAÇÃO

*É incapaz de experiência aquele a quem nada lhe passa,
a quem nada lhe acontece, a quem nada lhe sucede,
a quem nada o toca, nada lhe chega, nada o afeta,
a quem nada o ameaça, a quem nada ocorre*

Jorge Larrosa (2015)

A epígrafe que abre este texto expressa a ideia do sujeito da experiência de Larrosa e a concepção do autor no que se refere à vivência do encontro, da travessia, do que foi percorrido. Isso porque se entende que este livro é fruto da experiência dialógica entre a historiadora e as mulheres que ofereceram suas histórias sobre violências de gênero. Ele resulta da constatação de que é impossível haver neutralidade diante de relatos sobre experiências de violências. A vivência de oferecer escuta a essas mulheres que são sujeitas de suas histórias é muito mais do que as ouvir. Elas gentilmente exteriorizam suas experiências numa relação de confiança para que possamos contar o que vivenciaram. Estudar situações de violência requer envolvimento e consiste em abrir caminhos num ambiente em que ninguém ainda havia penetrado. É sorver a vida privada para dentro da história e ser tocada pela experiência de ouvir narrativas de coragem, de lutas, de angústias, de medos e de superações.

O início de meu envolvimento com os estudos sobre as relações de gênero, diferentemente do que se pode pensar, não partiu de experiências particulares de violência, mas sim sob a perspectiva de "olhar a existência a partir dos possíveis, ensaiar novas possibilidades de vida" (Larrosa, 2004, p. 37) no contato com mulheres que estavam inseridas em contextos

de violência conjugal e/ou doméstica. Desde o primeiro contato com os estudos relacionados à história das mulheres, iniciados em 2010, no curso de mestrado pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), quando investiguei trabalhadoras do meio rural das cidades de Carangola, Caiana, Caparaó, Alto Caparaó e Espera Feliz, municípios da região da Zona da Mata de Minas Gerais, percebi que era necessário registrar as narrativas de mulheres, suas relações com os homens, as hierarquias impostas pelo patriarcado e as relações de poder intrínsecas a ele. Depois de entrevistar trabalhadoras rurais e conhecer a realidade do trabalho invisível da mulher no campo (Amorim; Fiúza, 2015), fiquei tocada pelos relatos que ouvi, no sentido proposto por Larrosa (2002, p. 20-28), em que o ofício do ensaio envolve a "experiência do que acontece e do que toca" e que "a verdade do ensaísta não é algo exterior, mas algo que a própria vida faz". Naquele estudo identifiquei repetidos relatos nos quais os maridos se sentiam diminuídos ao verem a participação atuante de suas esposas em esferas públicas, como o sindicato de trabalhadores rurais. A violência dos maridos consistia em ferramenta usada para demonstrar a insatisfação com a visibilidade de suas mulheres nos espaços públicos e no controle social exercido pela comunidade local, em razão da proximidade entre as pessoas, o que fazia com que elas se calassem perante as agressões e as privações de liberdade sofridas.

A partir daqueles resultados, optei por investigar de que forma o patriarcado, enquanto sistema histórico milenar, influencia no comportamento de homens e mulheres e no silenciamento dos casos de violência conjugal e doméstica na cidade de Carangola, que possui aspectos próprios de

municípios do interior. Ou seja, o objeto de interesse é a análise da violência contra a mulher com uma abordagem associada às formas de sociabilidade local e à maneira como as relações interpessoais reforçam a posição de dominação simbólica masculina, fazendo com que haja o silenciamento das agressões por parte das mulheres. Entende-se aqui o patriarcado sob a perspectiva de Gerda Lerner, que o considera como ideologia e, por fazer parte do processo histórico, institucionalizou-se e manifestou-se “na organização familiar, nas relações econômicas, na instituição de burocracias religiosas” e no corpo de doutrinas míticas, religiosas e científicas (Lerner, 2019, p. 31). Incorporado à civilização ocidental, o patriarcado definiu papéis sociais para homens e mulheres e “possui ligação indissociável com militarismo, hierarquia e racismo” (Lerner, 2019, p. 280).

No que diz respeito à hipótese do silenciamento da violência, ela está diretamente relacionada aos modos de vida em cidades menores, os quais conferem estreita relação entre espaços públicos e privados, reforçando discursos normativos e acirrando assimetrias de poder entre homens e mulheres. Acredita-se que essas características constituam fatores de influência no silenciamento das vítimas, uma vez que os traços agrários ainda presentes na região fortalecem a naturalização de papéis sociais que restringem as mulheres aos espaços domésticos e reservam aos homens a atuação ativa nos espaços públicos, que, conseqüentemente, torna-os agentes de ação da violência em seus diversos tipos. Nesse sentido, este estudo se firma na especificidade que permite compreender como as relações de poder moldam ações e comportamentos de agressores e mulheres em uma

cidade de pequeno porte. Para além dos adjetivos que qualificam uma cidade em “pequena”, “média” ou “grande”, dos quais os estudos geográficos de redes e hierarquias urbanas fazem menção (IBGE, 2008),² o que se considera neste estudo é a sociabilidade ditada por laços sociais evidentes ao domínio público, em que os sujeitos são reconhecidos uns pelos outros em virtude de suas marcas pessoais, característica do estilo de vida de uma cidade pequena (Caniello, 2003).

No Capítulo 1, apresentamos o percurso da pesquisa e os levantamentos realizados junto ao Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Ministério da Saúde, a fim de identificar o número de casos de violência de gênero notificados na ocasião dos atendimentos médicos realizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

O Capítulo 2 apresenta o perfil das narradoras que, rompendo o silêncio das violências sofridas, contribuíram para o registro de suas vivências. O silêncio é como um personagem que habita a história de mulheres comuns, como as que são sujeitas desta pesquisa. Nesta seção do livro, o objetivo principal é demonstrar como o tipo de sociabilidade de cidades interioranas de pequeno porte é determinante para o comportamento dos agressores e interfere na decisão das mulheres em oferecer denúncia.

2 O IBGE desenvolve pesquisas relacionadas às hierarquias urbanas e, em 2018, atualizou o quadro de referência da rede urbana brasileira, conforme pode ser acessado em: IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101728>. Acesso em: 24 abr. 2024.

No Capítulo 3, são feitas análises das narrativas das dez protagonistas da pesquisa. O silêncio é definitivamente rompido e o que fazia parte das memórias subterrâneas das mulheres que sofreram violências torna-se registrado, questionado e fonte de futuras pesquisas. O estudo dos dez casos foi realizado individualmente pela pesquisadora e, também, de maneira comparativa, por meio da leitura exaustiva das entrevistas transcritas. Nesse capítulo, os relatos são apresentados em forma de blocos temáticos divididos em: 1) Tipos de violência relatados pelas entrevistadas; 2) Violência psicológica, destruição da autoestima e silenciamento; 3) Estupro conjugal: violência sexual pelo parceiro íntimo; 4) A violência contra a mulher idosa; 5) Medo: fator que inibe ou impulsiona a “rota crítica”; e 6) Recomeço.